



SENADO FEDERAL
Gabinete do senador JOSÉ AGRIPINO

RELATÓRIO N° , DE 2018

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES
E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº
21, de 2018 (Mensagem nº 192, de 2018, na
origem), do Presidente da República, que submete
à apreciação do Senado Federal, de conformidade
com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal,
e com o art. 39, combinado com o art. 46, da Lei
nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do
Senhor FERNANDO JOSÉ MARRONI DE
ABREU, Ministro de Primeira Classe da Carreira
de Diplomata do Ministério das Relações
Exteriores, para exercer o cargo de Representante
Permanente do Brasil junto à Organização das
Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
- FAO e os Organismos Internacionais Conexos,
em Roma.

RELATOR: Senador **JOSÉ AGRIPINO**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre
a indicação que o Senhor Presidente da República faz do Senhor
FERNANDO JOSÉ MARRONI DE ABREU, Ministro de Primeira Classe
da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para
exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Organização
das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura - FAO e os
Organismos Internacionais Conexos, em Roma.

SF/18071.57385-20

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

A fim de atender ao preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o *curriculum vitae* do diplomata.

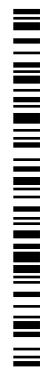
O Senhor FERNANDO JOSÉ MARRONI DE ABREU nasceu em São Borja (RS) em 1957, filho de Fernando da Encarnação Abreu e Lygia Marroni de Abreu.

É graduado em Engenharia Química pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em Ciências Econômicas (1985) e Relações Internacionais (1986) pela Universidade de Brasília (UnB). Em 1988 obteve o grau de Mestre em Relações Internacionais pela Universidade de Paris I (Sorbonne).

Na carreira diplomática, ingressou em 1981, tendo ascendido a Segundo-Secretário em 1986, a Primeiro-Secretário em 1994, a Ministro-Conselheiro em 2000, a Ministro de Segunda Classe em 2005 e a Ministro de Primeira Classe em 2010. Serviu em Paris, Havana, Roma e, dentre seus últimos postos estão o de Chefe de Gabinete no Ministério do Desenvolvimento Agrário (2000-02), Chefe de Gabinete no Ministério da Defesa (2003-05), Vice-Presidente do Conselho de Administração da INFRAERO, Ministro-Conselheiro em Madri (2005-08), Embaixador em Amã (2008-12), Diretor da Agência Brasileira de Cooperação (2012-15), Subsecretário-Geral da Subsecretaria-Geral Política III (2015-16) e Subsecretário-Geral da Subsecretaria-Geral da África e do Oriente Médio (2016).

Dentre seus escritos, destaca-se “Brasil e Cuba – A Gangorra Diplomática em Sessenta Anos de Política Externa Brasileira 1930-1990, o Desafio Estratégico” (2000) e “A Política de Defesa Nacional - Uma Visão Crítica” (2004), este fruto de sua tese no Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco.

Além do currículo do diplomata indicado, o Itamaraty fez constar da Mensagem informações sobre Organização das Nações Unidas



SF/18071.57385-20

para a Alimentação e a Agricultura (FAO); com perfil biográfico de seu Diretor-Geral, o brasileiro José Graziano da Silva, do Vice-Diretor-Geral de Operações, o norte-americano Daniel Gustafson, e da Vice-Diretora de Conhecimento, a cabo-verdiana Maria Helena Semedo, bem como informações gerais da organização e sobre a participação e atuação do Brasil. Igualmente, traça o perfil do Diretor-Executivo do Programa Mundial de Alimentos (PMA), o americano David Muldrow Beasley, e do Presidente do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA), o togolês Gilbert Fossoun Houngbo, e de sua Vice-Presidente, a alemã Cornelia Richter. Também sobre essas duas organizações o Itamaraty anexa informações gerais e descreve nossa participação e atuação.

Conforme é notório, o Brasil é um grande produtor e consumidor de alimentos, tem a maior biodiversidade do mundo e detém uma das maiores reservas de água doce, o que o torna um grande interessado em organizações que versam sobre alimentação, desenvolvimento agrícola e sustentabilidade.

Diante da FAO, os programas prioritários para o Brasil são: Combate à Fome e Erradicação da Pobreza Rural, Segurança Alimentar e Nutrição, Sistemas Agroalimentares Eficientes e Inclusivos, Desenvolvimento Agrícola e Rural Sustentáveis, Cooperação Sul-Sul e Triangular, Assistência Humanitária Alimentar, Produção e Comércio de *Commodities* e Questões Correlatas, Sanidade Vegetal e Animal, *Codex Alimentarius* e outras medidas regulatórias.

No Programa Mundial de Alimentos (PMA), o Brasil tem se alinhado em questão de cooperação humanitária, apoiando questões estruturantes na área de segurança alimentar e nutricional, desenvolvendo estratégias de mobilização de recursos em resposta a crises iminentes, estimulando criação de mecanismos de seguro agrícola para pequenos produtores em zonas semiáridas ou sujeitas a crises socioambientais, favorecendo compra de alimentos para abastecimento de populações afetadas e promovendo pesquisa sobre a biodiversidade e o conhecimento tradicional local.

Já a vinculação do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA) e o Brasil tem foco na melhoria de condições socioeconômicas de comunidades rurais de baixo índice de desenvolvimento



SF/18071.57385-20

humano – IDH, sobretudo no semiárido nordestino. Dentre os objetivos estão o aumento da produção agrícola comercial da agricultura familiar, melhora do acesso dos pobres rurais a empregos não-agrícolas e atividades empresariais em áreas rurais, geração e disseminação de conhecimento aos pobres rurais, debate sobre redução da pobreza rural e políticas de agricultura familiar nos planos nacional e internacional.

Esse é um breve resumo da vasta atuação dessas organizações no Brasil. A FAO, em especial, dirigida por um brasileiro, tem evoluído em respostas mundiais ao combate à pobreza, às mudanças ambientais e à exploração adequada dos recursos genéticos. Nesse sentido, explora soluções na bioeconomia, que é aquela pensada no cultivo e uso de biomassa como instrumento de combate às mudanças climáticas e à poluição, e na agroecologia, que é o desenvolvimento agrícola ecológico e sustentável. Alimentar adequadamente a todos é o grande desafio, o que tem encontrado fortes barreiras, como conflitos, mudanças climáticas e preços elevados de alimentos, levando 124 milhões de pessoas à fome em 2017.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito deste Relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/18071.57385-20